

Brasil não vai mais negociar sua dívida ano a ano

O presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, anunciou ontem, ao proferir palestra na Escola Superior de Guerra, que a estratégia do Brasil na negociação da dívida externa de 1985, que se inicia agora no dia 2 de agosto e deverá estender-se até dezembro, será a de obter um plano plurianual de financiamento da dívida, envolvendo num só pacote vários anos ou exercícios.

Segundo explicou Pastore, o fundamental é conseguir prazos de carência e de pagamento dos juros e principal da dívida maiores do que os atuais cinco anos e nove anos. Esses prazos serão determinados ainda pelos técnicos do Governo, informou, levando em conta o perfil da dívida, e tendo como objetivo evitar novas concentrações de pagamentos e crises de liquidez nos próximos anos.

— Não sei ainda se esse plano plurianual envolverá dois, três, quatro ou cinco anos. E não sei os prazos de carência e pagamento que solicitaremos. É preciso analisar bem o perfil da dívida externa. Mas o que queremos conseguir e vamos conseguir, porque temos caixa e podemos barganhar, é um plano que não crie novas crises, por exemplo, em 1988 ou 1989, sendo compatível com a capacidade de o Brasil arcar com o principal e os juros por meio de superávits comerciais — afirmou.

Além de maiores prazos de carência e pagamento de principal e juros, o que o Brasil também tentará obter, informou, são taxas de juros mais baixas, taxas de risco (spreads) e comissões (flats) também mais reduzidas e a eliminação da cláusula **prime-rate**, ou seja, que as taxas de juros pagas sejam apenas **libor**, a taxa interbancária de Londres, ao invés da taxa preferencial dos Estados Unidos.

E para obter o plano plurianual e melhores condições de financiamento, além da acumulação de reservas — o país está hoje com 4,2 bilhões de dólares e deverá deter mais de 6 bilhões de dólares em caixa, até dezembro — Pastore conta ainda com outro trunfo: a negociação do México.

— Temos informação de que o México está conseguindo um plano plurianual de pagamento. É como uma corrida de Fórmula-1. Estamos deixando o México ir na frente e vamos aproveitar seu vácuo e passar à frente desse país, posteriormente, obtendo condições de pagamento ainda melhores.

Por uma nova ordem econômica

A obtenção de um plano mais amplo, que tire o Brasil do sofrimento de ter que passar pela mesa de negociação todos os anos, segundo Afonso Celso Pastore, não é, no entanto, solução permanente para o problema do balanço de pagamentos brasileiro. Nenhum plano, por melhor que seja, destacou, funcionará se as taxas de juros internacionais subirem, ficando acima dos 12%, nos próximos anos, e se o crescimento econômico dos países industrializados for baixo. Nessa hipótese, o serviço da dívida brasileira subirá e o Brasil não terá condições de exportar o suficiente para pagar os compromissos externos.

Por isso, ele defendeu ontem uma nova ordem econômica, na qual os países credores tomem consciência de sua responsabilidade, como um dos terceiros atores do jogo das dívidas externas dos países da América Latina (o primeiro ator são os devedores e o segundo, os bancos credores).

— Eu não gosto da palavra ordem. Mas creio que agora é necessária essa ordem no sistema financeiro internacional. Os países credores têm que adotar políticas econômicas que mantenham as taxas de juros internacionais próximas dos 10% e que permitem o crescimento econômico no mundo em desenvolvimento. Esses países têm que se disciplinar, porque senão haverá em breve um novo 1982 — economia mundial em recessão e juros internacionais elevados — com quebra sincrônica de todos os países devedores. O resultado, sem dúvida alguma, será a criação de um cartel de devedores.

Para provar que sua tese está correta, Pastore citou um estudo que vem sendo feito pelos técnicos do Ministério de Planejamento sobre previsões para o crescimento econômico mundial e do Brasil e para o comportamento da dívida externa brasileira.

Esse estudo ou modelo econômico se fixa em um objetivo: crescimento do Produto Interno Bruto (Pib) brasileiro de 5%, nos próximos anos, o que representa um crescimento da renda per capita de 2%, a cada ano.

E revela o seguinte: se as taxas de juros internacionais ficarem entre 11% e 12% e os países desenvolvidos apresentarem queda no crescimento, consequentemente, de 3%, o déficit de conta corrente do Brasil só será eliminado em 1990 e a dívida externa cresceria até lá. E se as taxas de juros internacionais ficarem em 10%, o crescimento dos países industrializados será de 3,5% e o déficit em conta corrente brasileiro será eliminado em 1987 e 1988.

— Tudo depende portanto da política dos países industrializados. Mas de nada adianta ficar apenas falando.